

Governo vai impulsionar consignado para trabalhador privado para acabar com saque-aniversário do FGTS

O trabalhador da iniciativa privada poderá realizar empréstimos consignados a partir da plataforma digital do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), anunciou na terça-feira (27) o ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

A medida servirá como alternativa para o saque-aniversário do FGTS e serve para diminuir a pressão contrária de bancos e da Fazenda, que temem que a extinção da modalidade possa restringir o acesso a crédito e prejudicar a economia.

Os bancos oferecem empréstimos garantidos pelos valores do saque-aniversário.

Marinho afirmou que um projeto encerrando a moda-

lidade será enviado ao Congresso Nacional em março.

O governo federal tenta viabilizar o fim do saque-aniversário desde o ano passado, com o envio do projeto ao parlamento sendo adiado sucessivamente diante das resistências dos parlamentares em acabar com uma medida aprovada na gestão passada.

“Já despachei com [o presidente] Lula, já temos autorização. Agora dependemos dos detalhes finais com colegas do Ministério da Fazenda, de governo, para encaminhar projeto de lei. Espero que o Congresso tenha sensibilidade de aprovar o projeto”, disse Marinho. “Queríamos antes, mas antes hoje do que nunca”, acrescentou o ministro.

Hoje, o trabalhador que

opta pelo saque-aniversário deixa de ter direito ao saque dos valores do FGTS na demissão, tendo direito apenas à multa de 40% sobre o FGTS pago pela empresa, o que é negativo na visão de Marinho.

“Uma das funções [do FGTS] é trazer a proteção ao desemprego. Com saque-aniversário, não pode sacar o saldo sendo que foi pensado como poupança para caso de desemprego”, apontou o ministro. De acordo com ele, há cerca de R\$ 20 bilhões no FGTS que poderiam ter sido sacados por trabalhadores demitidos que optaram pelo saque-aniversário. Desse total, cerca de R\$ 15 bilhões estão comprometidos como garantias para empréstimos bancários.

Igor Gielow/Folhapress



Economia



IPCA-15 acelera a 0,78% em fevereiro com reajustes de educação

Página - 03

Política

Governo ameaça tirar cargo e verba de deputados que assinaram impeachment de Lula

Página - 04

Partidos disputam cargos em comissões da Câmara turbinadas por emendas

Página - 04

Brasil precisa reduzir tarifas de importação, diz Yellen

Página - 03



Abstartups quer colocar ecossistema de startups da Amazônia no centro das atenções

Pág - 05

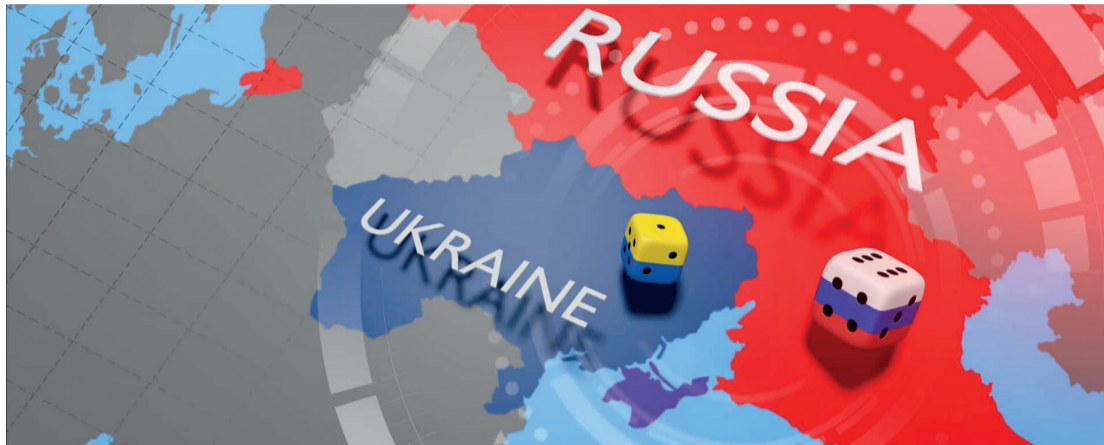
Beonly desenvolve plataforma de personalização para e-commerce

Página - 05



No Mundo

Rússia vê guerra inevitável se Otan enviar forças para a Ucrânia



O Kremlin afirmou na terça (27) que uma guerra entre a Rússia e a Otan será inevitável se membros da aliança militar liderada pelos Estados Unidos decidirem enviar soldados para lutar pela Ucrânia, país invadido por Vladimir Putin há dois anos.

A ideia, que vem sendo ventilada há meses, fora colocada na mesa na véspera pelo presidente francês, Emmanuel Macron, que disse durante encontro com líderes europeus que não podia descartar a possibilidade, ainda que não houvesse consenso entre os aliados ocidentais sobre ela.

“O mero fato de discutir a possibilidade de enviar alguns contingentes de países

da Otan para a Ucrânia é um novo elemento muito importante. Neste caso, nós temos de falar não sobre a possibilidade, mas sobre a inevitabilidade [de uma guerra Rússia-Otan]”, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

A Ucrânia, claro, celebrou. “Isso demonstra a noção absoluta dos riscos colocados para a Europa por uma Rússia agressiva e militarista. A abertura da discussão deve ser vista como um desejo de evidenciar os riscos mais claramente”, afirmou o assessor presidencial Mikhaïlo Podoliak, sem avançar sinais.

Peskov nem precisou lembrar do óbvio: um conflito desses poderia escalar para uma guerra nuclear,

talvez global e apocalíptica.

Macron estava testando a temperatura da água, por assim dizer, e ao mesmo tempo tentando dar uma palavra de apoio ao governo de Volodimir Zelenski, que passa por um momento crítico na guerra com a suspensão de novos envios de armas americanas.

Enredado na disputa eleitoral entre o presidente Joe Biden e o antecessor, Donald Trump, a Câmara dominada pela oposição tem barrado a liberação progressiva de R\$ 300 bilhões em ajuda a Kiev. A União Europeia aprovou um pacote de R\$ 267 bilhões, mas ele visa ajuda financeira para manter a economia ucraniana flutuando nos próximos anos.

Igor Gielow/Folhapress

Portugal flexibiliza lei para obtenção de nacionalidade; mudança pode ajudar brasileiros

Uma mudança na lei da nacionalidade de Portugal que altera as regras de contagem do tempo de residência exigido para ter acesso à naturalização deve facilitar a concessão para a comunidade brasileira no país.

O texto foi sancionado pelo presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, no sábado (24) e entrará em vigor após publicação no Diário da República.

Para ter direito à naturalização, os estrangeiros precisam comprovar ter vivido pelo menos 5 anos em território luso. Até agora, no entanto, a legislação só considerava o período de residência legal. As novas diretrizes flexibilizam esse critério, incluindo no cálculo também o tempo em que os imigrantes estiveram à espera da regularização.

Portugal permite a adequação do status migratório de pessoas que entraram no país como turistas, mas

permaneceram para viver e trabalhar mesmo sem a permissão adequada.

Essa possibilidade, in-comum em boa parte da União Europeia, é a principal porta de entrada da comunidade brasileira em Portugal, que já ultrapassou a marca de 400 mil residentes legais.

O processo de regularização, contudo, é tradicionalmente demorado, arrastando-se muitas vezes por dois anos ou mais. Atualmente, há quase de 350 mil processos de regularização pendentes, com os brasileiros na liderança dos pedidos. Esse período sem a documentação não era considerado para a obtenção da nacionalidade. Com as novas regras, o tempo de residência para a naturalização passa a valer a partir do momento em que os imigrantes têm o pedido formal de regularização aceito.

Giuliana Miranda/Folhapress

Hamas rebate fala de Biden sobre trégua iminente em Gaza, mas negociação avança



Membros do alto escalão do Hamas disseram ser prematuros os comentários do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sobre a possibilidade de um novo cessar-fogo na guerra em Gaza, contra Israel, ser anunciado já no início da próxima semana.

Sem dar detalhes, duas figuras da facção afirmaram à agência Reuters que há “grandes lacunas a serem superadas”, ainda que tampouco tenham desmentido que um novo acordo pode ser selado.

Na última semana, delegações de Israel, EUA, Egito e Qatar estiveram em Paris para costurar um possível

novo acordo, e o documento está agora sob revisão do grupo terrorista que controla Gaza. Alguns detalhes da proposta israelense começam a ser apresentados.

Também à Reuters uma pessoa familiarizada com as negociações disse que o plano enviado ao Hamas prevê um cessar-fogo de 40 dias durante o qual a facção teria de libertar cerca de 40 reféns que ainda tem sob seu controle, em troca da libertação de cerca de 400 detentos palestinos, uma proporção de 10 para 1.

Acredita-se que um desses reféns ainda sob controle do grupo seja o brasileiro-israelense Michel Nisenbaum, 59, sequestrado no último 7

de outubro. Ele é natural de Niterói, no Rio de Janeiro, e, desde a data do sequestro, sua família não tem notícias dele.

Ainda durante a vigência do suposto acordo, Israel repositaria suas tropas fora de áreas povoadas. Residentes de Gaza, com exceção de homens em idade de combate, seriam autorizados a retornar para suas casas em áreas que tenham sido esvaziadas, e a ajuda humanitária que entra por Rafah, na fronteira com o Egito, seria intensificada.

As linhas gerais do plano não atendem a demandas que já haviam sido apresentadas antes pelo Hamas, como a de libertar 1.500 detentos palestinos.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



IPCA-15 acelera a 0,78% em fevereiro com reajustes de educação



A inflação medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) acelerou a 0,78% em fevereiro, após marcar 0,31% em janeiro.

O resultado foi pressionado pelos reajustes em educação devido ao início do ano letivo, apontam dados divulgados na terça-feira (27) pelo IBGE.

A taxa de 0,78% é a maior para fevereiro desde 2022 (0,99%), mas ficou abaixo da mediana das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,82%.

Com o novo resultado, o IPCA-15 alcançou 4,49% no acumulado de 12 meses, disse o IBGE. Nesse recorte, a

taxa era de 4,47% até janeiro.

Por ser divulgado antes, o IPCA-15 sinaliza uma tendência para os preços no IPCA, também calculado pelo IBGE.

O IPCA é o índice oficial de inflação do Brasil. Serve como referência para o regime de metas perseguidas pelo BC (Banco Central).

O período da coleta dos preços é diferente no IPCA-15 e no IPCA. No caso do IPCA-15, o levantamento ocorre entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação. Desta vez, a coleta se estendeu de 16 de janeiro a 15 de fevereiro.

Já a do IPCA se concentra no mês de referência do levantamento. Por isso, o resultado de fevereiro ainda não está fechado. Será divulgado pelo

IBGE no dia 12 de março.

Dos 9 grupos de produtos e serviços do IPCA-15, 8 registraram alta de preços em fevereiro. A maior variação (5,07%) e o principal impacto (0,30 ponto percentual) vieram de educação.

Nesse grupo, a maior contribuição ficou por conta dos cursos regulares, que subiram 6,13%. O IBGE ponderou que os preços têm reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo.

Houve altas nos cursos de ensino médio (8,58%), ensino fundamental (8,23%), pré-escola (8,14%), curso técnico (6,01%) e creche (5,91%). Ensino superior (3,74%), pós-graduação (2,81%) e educação de jovens e adultos (2,07%) também registraram aumentos. Leonardo Vieceli/Folhapress

Brasil precisa reduzir tarifas de importação, diz Yellen

A reforma tributária facilitou os negócios no Brasil, mas o país ainda precisa reduzir suas taxas de importação e se adequar às normas internacionais, diz Janet Yellen, secretária do Tesouro dos Estados Unidos.

“É importante que o Brasil crie as condições para o setor privado investir e crescer. E eu parabeno o ministro Haddad e o Brasil por alcançarem uma reforma tributária realmente histórica”, disse Yellen na terça-feira (27), em São Paulo a secretária está no Brasil para a trilha de finanças do G20, que acontece nesta semana na capital paulista.

Segundo Yellen, a reforma melhora as condições de se fazer negócio no Brasil, mas outros passos são necessários para que o Brasil fique mais integrado a cadeias globais de comércio, como a redução das tarifas de importação e a adoção de códigos e normas da OCDE (Organização para a Cooperação e De-

senvolvimento Econômico).

“[Essas medidas] podem fazer o Brasil ainda mais atraente a investidores estrangeiros, criando oportunidades adicionais para ambas nossas economias”, afirmou Yellen.

Ela também disse que o Brasil está bem posicionado para se beneficiar da transição para uma economia sustentável.

“Vocês têm a vantagem de ter uma rede de energia que já é, em sua maioria, renovável, enquanto economias ao redor do mundo aumentam a internalização do custo da pegada de carbono na produção”.

A secretária ainda elogiou nominalmente Ilan Goldfajn, presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), pelo incentivo da instituição ao desenvolvimento verde. Na segunda (26), o governo federal anunciou um programa para atrair capital estrangeiro e financiar projetos ligados à transição energética em parceria com o BID. Julia Moura/Folhapress



Investimentos em energia limpa aumentam dependência da China, líder na cadeia de suprimentos



Esforços de países para reduzir suas emissões de poluentes e investir em energia limpa tornaram as economias globais ainda mais dependentes da China, que não só domina de forma ampla o setor como tem expandido sua capacidade industrial a passos largos.

Com 80% do mercado global de energia solar, incluindo painéis que custam a metade do preço do que os produzidos em outros locais, além de três quartos da capacidade de produção de baterias para carros elétricos e a maior empresa do setor, a China tem se destacado em todas as fases da cadeia produtiva: desde maquinários e

insumos para exportação até veículos elétricos e módulos solares de ponta.

Essa dependência tem incomodado rivais econômicos dos asiáticos e acirrado a competição em países como os Estados Unidos e potências da Europa, enquanto a China domina o mercado europeu de carros elétricos e amplia investimentos em infraestrutura na América Latina.

“As políticas de clima estão mais e mais interligadas com a geopolítica”, diz à Folha Ilaria Mazzocco, pesquisadora do CSIS (Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais), think tank com sede em Washington. “É importante encontrar soluções que protejam as economias

dos países, mas que não desaceleram o ritmo da transição energética.”

Em outubro do ano passado, Geoffrey Pyatt, autoridade do Departamento de Estado americano para Recursos Energéticos, afirmou em evento sobre gás natural em Washington que é preciso “garantir que não se repita” nos setores de energia eólica, nuclear e hidrogênio “o que acontece na área de células solares e wafers de silício, na qual a China tem essencialmente um monopólio em vários elementos da cadeia de produção”. Wafer de silício é o nome dado no setor para a lâmina de silício usada nos módulos solares. Thiago Amâncio/Folhapress

Política

Governo ameaça tirar cargo e verba de deputados que assinaram impeachment de Lula



Membros do governo federal afirmaram a liderança da Câmara dos Deputados que aqueles que assinaram pedido de impeachment contra o presidente Lula (PT) por ele ter comparado as mortes na Faixa de Gaza ao Holocausto irão sofrer consequências do Executivo.

A informação foi dada pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a líderes da base do governo em reunião na terça-feira (27).

Segundo relatos, o entendimento foi o de que deputados que assinaram o pedido e que indicaram cargos regionais perderão esses postos, bem como serão menos atendidos pelo Executivo, o que contem-

pla emendas parlamentares.

“Quem assinou o impeachment do presidente está dizendo claramente que não está na base. Portanto, se tinha algum tipo de espaço no governo, tem que perder. Afinal de contas, essa contradição não pode continuar. Quem assinou tem que decidir de que lado está: ao lado de Lula ou contra”, diz o deputado Alencar Santana (PT-SP), um dos vice-líderes do governo na Câmara.

De autoria da deputada Carla Zambelli (PL-SP), o pedido foi protocolado na noite da última quinta-feira (22). Ela diz que há 140 assinaturas, entre elas de parlamentares que integram a base do governo Lula na Casa.

O pedido de impeachment estava na pauta da reu-

nião desta terça. A reportagem teve acesso ao documento que foi distribuído para as lideranças no encontro.

Nas redes sociais, Guimarães disse que houve um consenso na reunião de que é “incompatível” um deputado ser da base, “ter relação com o governo e assinar” o pedido.

“Isso não é razoável e a minha posição é encaminhar a lista desses parlamentares para que o governo tome providências”, escreveu o deputado. Segundo participantes, os parlamentares também discutiram a divisão do comando das comissões permanentes da Câmara esse deverá ser um dos temas tratados em reunião com líderes e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), na tarde de terça.

Victoria Azevedo/Folhapress

Bolsonaro só teve contato com minuta do golpe fora do governo, diz advogado

O advogado Paulo Bueno afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) só teve contato com a chamada “minuta do golpe” quando ele tava fora do governo federal.

Para o defensor, usar a fala do ex-presidente no ato de domingo como reconhecimento de culpa seria sinal de “pobreza” em “investigação semisecreta” tocada pela Polícia Federal. As declarações foram dadas na terça (27), em frente à sede da PF em São Paulo.

Bolsonaro depõe esta terça em São Paulo sobre possível crime ambiental. O depoimento estava marcado para 14h30, mas teve horário de início adiantado.

O assessor e advogado Fábio Wajngarten, que também vai falar com a PF, elogiou o ato de domingo na Paulista. Para ele, foi uma “demonstração de força política do presidente e de seu grupo”. “Uma demonstração de patriotismo que mostra a

força da direita e a força do patriotismo”, afirmou, antes de entrar no prédio.

“Esse assunto [minuta] já foi explicado tempos atrás, dias atrás, que as minutas a que o presidente se referia foram encontradas na sala do PL por ocasião da busca e apreensão 15 dias atrás. Foram minutas que eu, enquanto advogado, encaminhei para ele no dia 18 outubro de 2023. Portanto ele comentava sobre algo que ele teve conhecimento, que ele teve ciência muito tempo depois”, disse Paulo Bueno, advogado de Bolsonaro.

O inquérito investiga se o ex-presidente incomodou uma baleia jubarte. O episódio ocorreu em junho de 2023 durante um passeio de moto aquática dele em São Sebastião (SP).

Há suspeita de “molestamento intencional” de baleias. A ação foi aberta após circular nas redes vídeos da moto aquática com motor ligado se aproximando da jubarte.

Folhapress



Partidos disputam cargos em comissões da Câmara turbinadas por emendas



Na retomada das atividades do Congresso Nacional, deputados disputarão até março a divisão das comissões permanentes, colegiados responsáveis por votar temas de cada área. Na Câmara, há um total de 30 delas.

As negociações ganharam novo patamar neste ano por causa da decisão do Congresso de dividir R\$ 11 bilhões em emendas entre esses colegiados. Os colegiados estão com orçamentos robustos, ainda com o veto do presidente Lula (PT) de R\$ 5,6 bilhões às emendas de comissão dos parlamentares.

As emendas são uma forma com que deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e proje-

tos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso é atender seus redutos eleitorais, e não exatamente as localidades de maior demanda no país.

Na Câmara, lideram o ranking as comissões de Saúde (R\$ 4,5 bilhões), Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (R\$ 1,2 bi), Esporte (R\$ 650 milhões), Agricultura (R\$ 356 mi) e Meio Ambiente (R\$ 200 mi).

No Senado, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (R\$ 2,4 bilhões) e a de Constituição e Justiça (R\$ 725 milhões) estão no topo da lista. Elas são hoje ocupadas pelos senadores Marcelo Castro (MDB-PI) e Davi Alcolumbre (União-AP), res-

pectivamente. Já a comissão de Educação e Cultura, presidida pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), tem apenas R\$ 7,9 milhões em emendas.

Parlamentares afirmam que essas cifras, no entanto, poderão ser alterados caso o veto de Lula seja revertido ou se o Executivo retomar os valores das emendas de comissão aprovadas pelo Congresso.

O Senado não troca anualmente a presidência dos colegiados, diferentemente da Câmara.

Castro é aliado de Lula e foi relator do Orçamento do ano passado. Alcolumbre é ex-presidente do Senado e tem planos de ser novamente eleito para o cargo no próximo ano.

Victoria Azevedo/Folhapress

Abstartups quer colocar ecossistema de startups da Amazônia no centro das atenções



A primeira reunião do Startup20 no Brasil, fórum de discussão sobre startups das delegações do G20, aconteceu no Amapá entre os dias 23 e 26 de fevereiro, e colocou as startups da Amazônia sob os holofotes globais. De acordo com Ingrid Barth, presidente da Associação Brasileira de Startups, a escolha do Amapá como sede foi influenciada por sua experiência pessoal em explorar diversas regiões do Brasil. Antes de assumir a presidência da associação, Ingrid realizou visitas exploratórias em várias localidades, incluindo a Amazônia, onde foi profundamente tocada pela diversidade e potencialidades encontradas na região.

Ela ressaltou que, ao contrário da imagem comum

associada à Amazônia, caracterizada apenas por sua vasta floresta e populações tradicionais, ela encontrou uma realidade muito mais complexa e rica em ideias inovadoras e projetos promissores. “Quando a gente pensa em startups, a gente foca muito na região Sul e Sudeste. Mas por aqui no Norte também acontecem coisas incríveis sobre inovação e empreendedorismo que devem ser compartilhadas com o resto do mundo”, diz.

A presidente da Associação Brasileira de Startups também destacou o papel estratégico do Amapá e do ecossistema de startups da Amazônia na discussão global sobre questões ambientais, como clima, transição energética e biodiversidade. Ao sediar a primeira reunião do Star-

tup20 na região, o Brasil tem a oportunidade de demonstrar seu compromisso com a inovação e sustentabilidade, enquanto lidera essas discussões de importância global.

Ao se aprofundar no ecossistema local, Ingrid percebeu que havia um grande desconhecimento sobre as iniciativas e potenciais econômicos da região Norte do Brasil, o que a levou a questionar por que essas informações não eram mais divulgadas e por que o investimento local em startups não era mais expressivo. Por isso, a Abstartups tem colocado cada vez mais em sua agenda a importância de dar visibilidade às startups locais e de incentivar o investimento interno, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico regional. Startupi

Beonly desenvolve plataforma de personalização para e-commerce

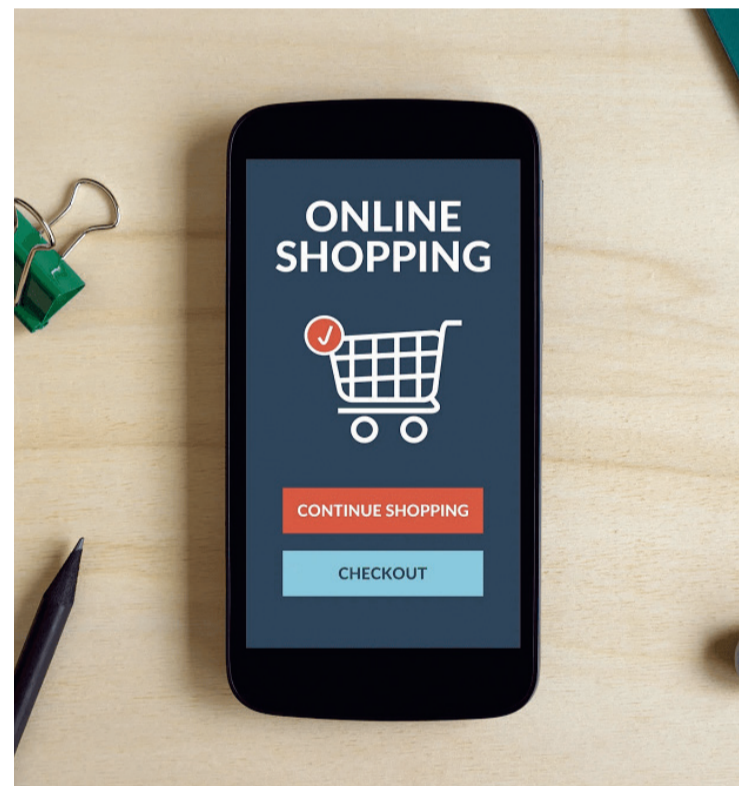
Nos dias atuais, os consumidores buscam por e-commerces que os tratem de forma diferenciada e individual, quase como se fossem amigos próximos dando dicas de novos produtos para comprar. Mas ainda existe uma resistência do segmento de entender que está na hora de uma mudança e o cliente não pode mais ser tratado como um número.

Pensando nisso, em 2017, a Beonly foi fundada e trouxe ao mercado uma solução fácil e completa para personalização das jornadas no e-com-

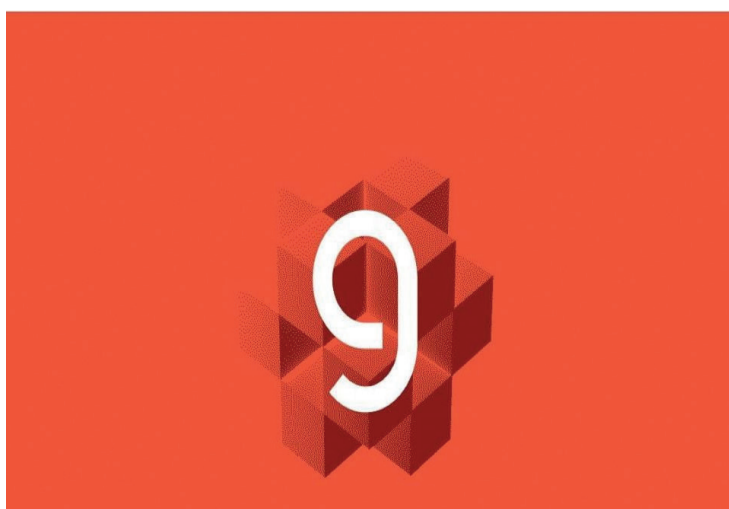
merce. “Se todos os clientes são diferentes, por que a sua loja é sempre igual? Personalize seu e-commerce com Beonly e transforme os seus resultados”, afirma a startup em seu slogan.

Através da personalização individualizada, a startup desenvolveu inteligência para que e-commerces consigam entregar uma jornada de compra única, pessoal e relevante para cada pessoa. A startup utiliza informações em tempo real para personalizar a jornada de compras e selecionar os produtos que serão exibidos.

Startupi



Groq: modelo de IA viraliza e rivaliza com o ChatGPT e Grok de Elon Musk



O Groq, mais nova inteligência artificial, está conquistando o seu espaço nas redes sociais por ter uma velocidade de respostas e uma tecnologia que pode superar o popular chatbot de IA da OpenAI, o ChatGPT, isso por dispensar a necessidade de GPUs para processamento de dados.

A popularidade do Groq cresceu no X, antigo Twitter, onde os usuários publicaram testes usando a IA e ficaram impressionados com a rapidez da nova ferramenta. A nova IA consegue escrever respostas factuais e citadas com centenas de palavras em menos de um segundo.

A nova linguagem de IA

foi desenvolvida com seu próprio chip ASIC (Application Specific Integrated Circuit) personalizado para modelos de linguagem grande (LLMs). Dessa forma, isso possibilita que aconteça uma geração de cerca de 500 tokens por segundo. A IA foi desenvolvida pela Groq Inc., que afirma ter criado a primeira Unidade de Processamento de Linguagem (LPU).

A empresa por trás da IA não é nova. Ela foi fundada em 2016, quando o nome do modelo, Groq, também foi registrado. Em novembro do ano passado, Elon Musk registrou seu modelo de IA com o nome Grok – escrito com K – e os desenvolvedores por trás do Groq original publi-

caram uma postagem no blog da empresa criticando Musk pela escolha do nome:

“Podemos entender por que você quer adotar o nosso nome. Você gosta de coisas rápidas (foguetes, hyperloops, nomes de empresas com uma letra só) e nosso produto, o Groq LPU Inference Engine, é a maneira mais rápida de executar modelos de linguagem grande (LLMs) e outros aplicativos de IA generativa. No entanto, precisamos pedir que você escolha outro nome, e rápido.”

Para usar a nova linguagem de IA, basta entrar no site da Groq.com e inserir sua consulta ou comando e a IA irá processá-lo e fornecer uma resposta. Startupi

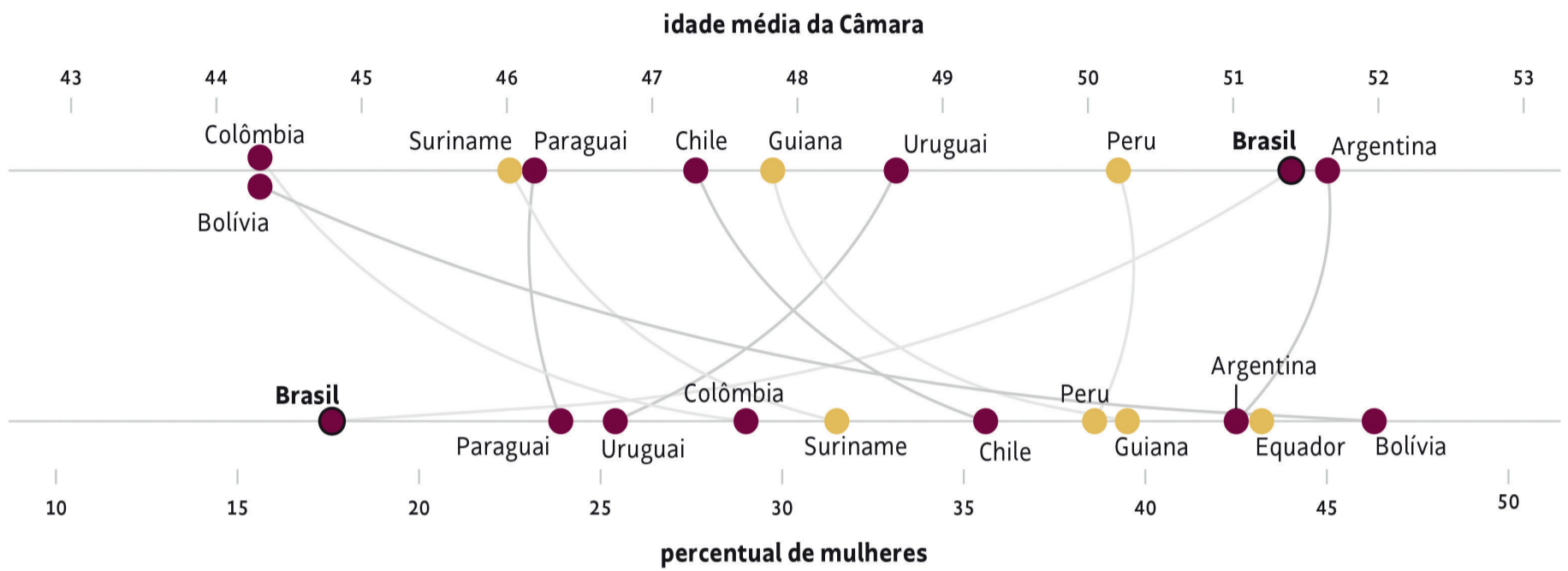
Gráfico Político

Câmara dos Deputados brasileira é a mais masculina e a segunda mais velha da América do Sul

Percentual de mulheres e idade média dos deputados nas casas legislativas

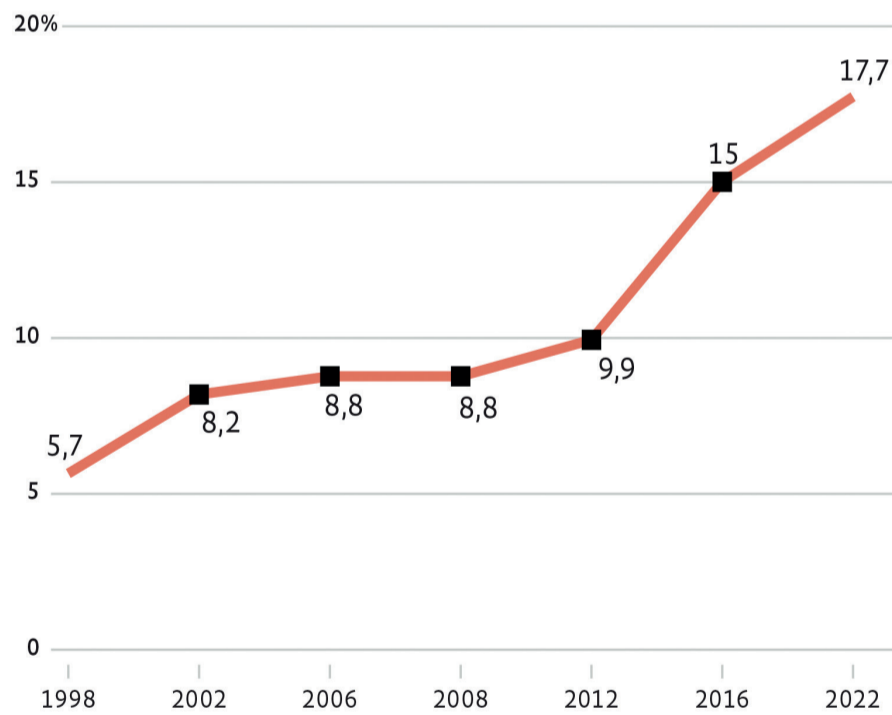
Câmara de deputados ou instituição equivalente

● Sistema bicameral ● Sistema unicameral — Linhas ligam o mesmo país



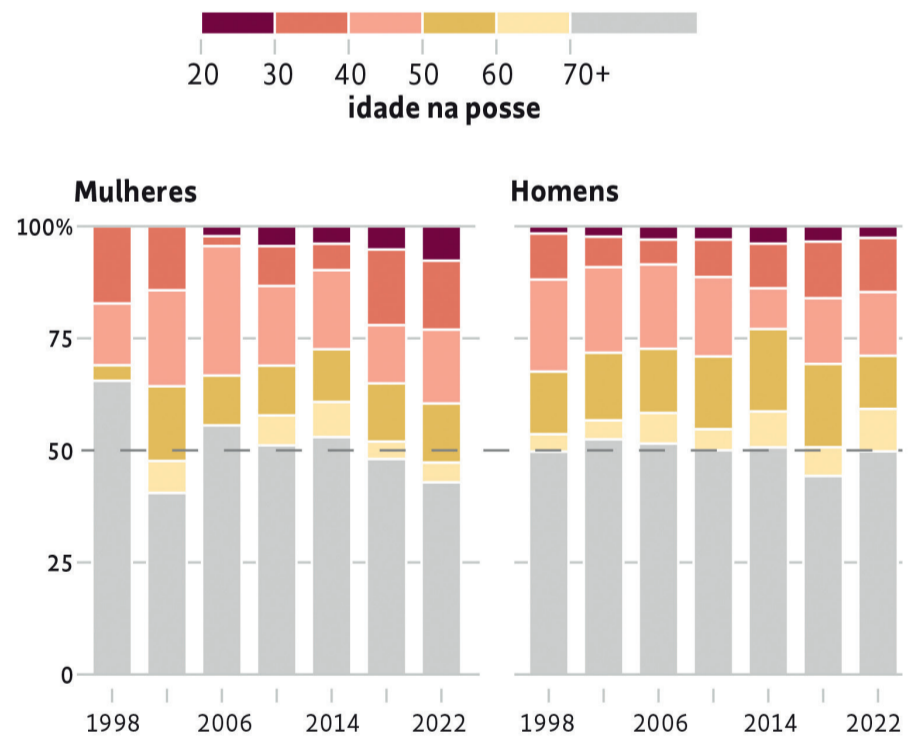
Deputadas federais na Câmara brasileira

Em % do total de eleitos, no momento da posse



Idade dos deputados federais na Câmara brasileira

Em % do total de eleitos, no momento da posse



Observação: Sem dados de idade média para o Equador, sem dados para a Venezuela. Dados internacionais referentes a fev.2024.

Fontes: IUP (União Interparlamentar, na sigla em inglês) e TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 - NIRE 35.300.545.044

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de Fevereiro de 2024

I. Data, Hora e Local: Realizada em 08/02/2024, às 10 hs, na sede social, localizada na Cidade de São Paulo/SP. **II. Presenças:** Reunião instalada por meio eletrônico com a participação dos seguintes membros do Conselho de Administração da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Conselheiros"), a saber: Diego Marin Garcia, Pedro Enrique Mengotti Fernandez de los Rios, Mathieu Pierre Henri Lebeque e Denis Roberto de Castro. **III. Mesa:** André Lima De Angelo (Presidente); e Javier Serrada (Secretário). **IV. Ordem do Dia:** (a) Desculpas e delegações; (b) Deliberar sobre recondução do Diretor Financeiro. **V. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foi aprovada a seguinte matéria, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) A reeleição, para um mandato unificado de 3 anos do Sr. Juan Antonio Santos de Paz, espanhol, casado, executivo, portador do Registro Nacional de Migratório - RNM n.º F315889D, CPF/ME nº 716.662.191-50, para o cargo de **Diretor Financeiro**. O membro da diretoria ora reeleito declara sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, em virtude de lei especial ou condenação criminal que o inabilite, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular ou a fé pública, nos termos do artigo 147, §1º, da Lei nº 6.404/76 e tomará posse em seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação. São Paulo, 08/02/2024. Juceesp nº 80.512/24-0 em 21/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

STL Holding Ltda.

CNPJ/ME nº 19.910.053/0001-78 - NIRE 35.228.269.902

Ata de Reunião de Sócios

Às 10:00 horas, do dia 31/01/2024, dispensada a convocação, reuniram-se na sede social, na Rua Ibiapinópolis, nº 705, parte, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, representantes da totalidade do capital social da sociedade ("Sociedade"), a saber: (a) **Marcos Alberto Lederman**, RG nº 12.396.303-5 SSP/SP, CPF/ME nº 054.398.358-73, tendo nomeado como seu bastante procurador: Rubens Antonio Tiburski, abaixo qualificado ("Marcos"); (b) **Rubens Antonio Tiburski**, RG nº 57.942.783-3 SSP/SP, CPF/ME nº 321.282.239-20 ("Rubens"); e (c) **Alexandre Alves da Nobrega Lanz**, RG nº 27.193.411-6 SSP/SP, CPF/ME nº 255.179.448-09 ("Alexandre"); os quais resolveram deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, de acordo com os seguintes termos: **I. Do Objeto desta Reunião de Sócios.** I.1. É objeto desta reunião apreciar e discutir a proposta de desvinculação da Sociedade do investimento na **Zig Cayman**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman. **II. Das Justificativas.** II.1. A Sociedade era acionista da **Zig Tecnologia S.A.**, CNPJ/ME nº 26.356.125/0001-42, detentora de participação societária correspondente a, aproximadamente, 1,16% do capital social total dessa companhia. II.2. Em dezembro de 2023, os acionistas da **Zig Tecnologia S.A.** deliberaram a sua reestruturação. A Sociedade passou a deter participação direta na **Zig Cayman**, em substituição ao investimento que detinha na **Zig Tecnologia S.A.** Por essa razão, estudou-se a conveniência de encontrar a melhor maneira de desfazer-se desse investimento. II.3. Ainda, em dezembro de 2023, o sócio Marcos decidiu mudar seu domicílio para o exterior e iniciou um processo de organização de seus investimentos. II.4. Entenderam os sócios que seria conveniente e oportuno transferir para Marcos a totalidade do investimento na **Zig Cayman**. II.5. Concluiu-se que a maneira mais eficiente de implementar essa decisão seria por meio da redução de capital da Sociedade, com entrega, pelo valor contábil, da participação na **Zig Cayman** ao sócio Marcos. **III. Das Conclusões sobre as Justificativas.** III.1. Os sócios discutiram e concluíram pela conveniência e oportunidade de desvincular a Sociedade do investimento na **Zig Cayman**. Com isso, a Sociedade estará apta a concentrar seus esforços em suas atividades e investimentos no Brasil. III.2. Por outro lado, seria assegurada a viabilidade da continuidade da participação por Marcos nos negócios da **Zig Cayman** de modo direto e independente dos sócios Rubens e Alexandre. **IV. Das Deliberações.** IV.1. Os sócios, por unanimidade, deliberaram aprovar e autorizar a redução do capital social no montante total de R\$1.370.670,00, com o cancelamento de 1.370.670 quotas, sendo que o valor total do capital reduzido será restituído exclusivamente ao sócio Marcos, com expressa anuência de todos os sócios, mediante a entrega, a valor contábil, da totalidade da participação detida pela Sociedade na **Zig Cayman**, observado o decurso do prazo de 90 dias contados da publicação desta ata, conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 1.084 do Código Civil. IV.2. Como consequência da redução do investimento na **Zig Cayman** será baixado e transferido ao sócio Marcos, no valor total de R\$1.370.670,00. IV.3. O capital social passará a ser de R\$259.330,00, dividido em 239.330 quotas totalmente integralizadas, de valor nominal de R\$1,00 cada, da seguinte forma: (i) Marcos: 161.530 quotas; (ii) Rubens: 48.900 quotas; e (iii) Alexandre 48.900 quotas. Nada mais a tratar. São Paulo, 31/01/2024. **Marcos Alberto Lederman; Rubens Antonio Tiburski; Alexandre Alves da Nobrega Lanz.**

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de Janeiro de 2024.

1. Data, Local e Hora: Aos 29/01/24, às 18h, por videoconferência. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. **3. Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli - Presidente; Larissa Mardegan Ribeiro de Souza - Secretária. **4. Ordem do Dia:** (I) o processo de contratação de empresa para a execução dos serviços de Fresagem descontínua do revestimento asfáltico e recomposição com CBUQ, com inclusão de toda mão de obra necessária e transporte de CBUQ para recomposição, com exceção do CAP convencional 30/45 que será fornecido e transportado pela TBR, em todo o trecho da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) - (Termo de Referência 14/2023), em que foi selecionada a empresa **TCE Engenharia Ltda.**, tendo em vista que preenche os critérios técnicos, apresenta o menor valor, bem como as melhores condições/vantagens em relação a usina utilizada para transporte de CBUQ, conforme justificativa apresentada pela área técnica da Transbrasiliana; e, (II) A contratação de fornecedor cuja quantidade (um conjunto com outros contratos firmados da mesma natureza), é superior à alçada da Diretoria da Companhia para a prestação dos serviços mencionados, bem como se trata de parte relacionada. **5. Documentos e Informações:** 5.1. Resumo do histórico das propostas recebidas - Termo de Referência 14/2023; a) 08/12/2023 - Envio de e-mail solicitando o envio de propostas, para 15 fornecedores; b) Recebimento da proposta da **Kapa Pavimentação Ltda.** Valor total/límite estimado de R\$ 126.286.627,79; c) Recebimento da proposta da **TCE Engenharia Ltda.** Valor total/límite estimado de R\$ 133.168.144,53; d) Recebimento da proposta: **Construtora Amiel Pires Ltda.** Valor total/límite estimado de R\$ 276.445.268,71 e) As empresas: Construtora Amiel Pires; Elo, Ourigrama; UPC Pavimentação; Conspav; Jaupav; Riopar Fresagens; Cava Engenharia; Casleggio Construtora; Catter Engenharia; Lioflo Engenharia e Compás; Não retornaram com a proposta; **5.2.** Ata do Comitê Consultivo de Assessoramento de Diretoria de Engenharia, sugerindo, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a contratação da **TCE Engenharia Ltda.** para a realização dos serviços de Fresagem descontínua do revestimento asfáltico e recomposição com CBUQ, com inclusão de toda mão de obra necessária e transporte de CBUQ para recomposição, com exceção do CAP convencional 30/45 que será fornecido e transportado pela TBR, em todo o trecho da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), pelo período de 05 anos. **5.3.** Ata do Comitê Consultivo de Assessoramento de Diretoria, de Governança e Compliance, sugerindo, após a análise das informações e documentos disponibilizados, *s.m.j.*, que o processo de contratação da empresa **TCE Engenharia Ltda.**, se mostra conforme com as disposições estatutárias da Companhia e Política de Contratação da Triunfo Participações e Investimentos, sendo que a solicitação deverá ser aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia, nos termos das disposições regulamentares. **5.4.** Ata de Reunião/Comitê de Diretoria, propondo ao Conselho de Administração da Companhia a contratação da empresa **TCE Engenharia Ltda.** para a execução dos serviços de Fresagem descontínua do revestimento asfáltico e recomposição com CBUQ, com inclusão de toda mão de obra necessária e transporte de CBUQ para recomposição, com exceção do CAP convencional 30/45 que será fornecido e transportado pela TBR, em todo o trecho da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), pelo período de 05 anos, uma vez que preenche os critérios técnicos, apresenta o menor valor (conforme equalização), bem apresenta melhores condições/vantagens em relação a usina utilizada para transporte de CBUQ, pelo valor total estimado de R\$ 118.285.202,67; **6.2.** Aprovar a realização do contrato com parte relacionada cujo valor é superior à alçada da Diretoria da Companhia, para prestação dos serviços mencionados no item 6.1. supra. **6.3.** Submeter as disposições dos itens supra à aprovação do Conselho de Administração da Triunfo Participações e Investimentos S.A., de modo que a eficácia da contratação fica condicionada à aprovação pelo referido Conselho. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. Lins, 29/01/24. Juceesp nº 80.527/24-3 em 21/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cozr Psicologia Ltda.

CNPJ nº 42.476.399/0001-21 - NIRE 35237376724

Extrato da Deliberação de Único Sócio

1. Data: 02/02/2024. **2.** Sócia titular de 100% do capital social, **Julia Cozer Leite**, brasileira, psicóloga, residente e domiciliada em São Paulo/SP. **Deliberação aprovada:** Reduzir o capital de R\$ 721.225,00 para R\$ 35.989,00, uma redução, portanto, no valor de R\$ 685.236,00. Em razão da redução do capital são canceladas nesse ato 685.236 quotas. **3.** A parcela do capital social reduzida será restituída à sócia da Sociedade **Cozr Psicologia Ltda.**, por meio da entrega de 685.236 quotas da Sociedade Total Health Brasil Saúde e Participações Ltda. O prazo de 90 dias contados da publicação desta resolução sem que haja oposição por parte de credores quirografários da Sociedade.

Alta Comercial de Veículos Ltda.

CNPJ/ME nº 60.866.308/0001-46 - NIRE 35.200.801.430

Alteração e Consolidação do Contrato Social

Paulo Altenfelder Santos, RG 6.913.568 SSP/SP e CPF/ME 019.719.578-44, ("Paulo"); **Roberto Altenfelder Santos**, RG 8.893.919 SSP/SP e CPF/ME 073.470.938-21, ("Roberto"); **Luiz Afonso Altenfelder Santos**, RG 7.386.978 SSP/SP e CPF/ME 062.566.538-40, representado por seu procurador Paulo Altenfelder Santos, acima qualificado, ("Luiz Afonso"); **Maria Beralda Altenfelder Santos Souza Dias**, RG 12.333.364 SSP/SP e CPF/ME 112.809.758-30, ("Maria Beralda"); **Isabel Altenfelder Santos Bordin**, RG 7.786.913 SSP/SP e CPF/ME 030.768.238-25, ("ISABEL"); e **Henrique Benini**, RG 5.907.184 SSP/SP e CPF/ME 042.532.668-35, ("Henrique"); e **Adriano Soares Aranega**, RG 16.647.214-1 SSP/SP, CPF/ME 112.757.338-16, ("Adriano"), únicos sócios desta sociedade, deliberam alterar o contrato social da Sociedade, da seguinte forma: **1. Aumento do Capital Social:** **1.1.** Deliberam os sócios aumentar o capital social da Sociedade no montante de R\$ 56.238.544,00, com a criação de 56.238.544 novas quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada uma, passando o capital social da Sociedade dos atuais R\$ 14.491.429,00 para R\$ 70.729.973,00, dividido em 70.729.973 quotas. **1.2.** As novas quotas são totalmente subscritas pelos sócios e por eles integralizadas mediante outorga de quitação à Sociedade do crédito detido por cada um deles em razão de dividendos declarados em 26/12/2023 e ainda não pagos. **1.3.** Foi aprovada a alteração da **Clausula 5ª** do contrato social, para refletir o aumento do capital social acima indicado. **1.4.** Deliberam os sócios aumentar o capital social da Sociedade no montante de R\$ 34.914,00, com a criação de 34.914 novas quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada uma, passando o capital social da Sociedade dos atuais R\$ 70.729.973,00 para R\$ 70.764.887,00, dividido em 70.764.887 quotas. **1.5.** As novas quotas são totalmente subscritas pelos sócios e por eles integralizadas mediante a capitalização da totalidade da conta de Reserva de Correção Monetária, conforme balanço intermediário levantado em 31/10/2023. **1.6.** Foi aprovada a alteração da **Clausula 5ª** do contrato social, para refletir o aumento do capital social acima indicado. **2. Cisão Parcial da Sociedade:** **2.1.** Procederem os sócios à leitura do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sociedade ("Protocolo") com versão de parcela de seu patrimônio líquido para a **Malabar Participações Ltda.**, sociedade simples limitada, registrada perante o 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob o nº 151.189, em sessão de 25/02/1992 e com sua 2ª e última alteração de contrato social registrada sob o nº 490.790, em sessão de 21/12/2023, CNPJ/ME 67.183.590/0001-06 ("Malabar"), celebrado entre a Sociedade e a Malabar, acima qualificada, o qual restou aprovado, por unanimidade de votos e sem reservas, passando a fazer parte integrante deste instrumento como seu **Anexo I. 2.1.1.** Os sócios ratificaram a contratação da empresa **Grid Contabilidade Ltda.**, CNPJ/ME 28.429.836/0001-25, CRC RJ-07568/0, representada por seu sócio, Marcelo Martins da Fonseca, contador, CI 08768992-3 (IFP/RJ), CPF/ME 021.768.287-12 e no CRC RJ-086974/0, para avaliação dos ativos e passivos que serão vendidos, conforme descrição constante do laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"). **2.1.2.** Os sócios aprovaram o Laudo de Avaliação, por unanimidade e sem ressalvas, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento como **Anexo II**, determinando o valor patrimonial contábil dos ativos e passivos que serão vendidos à Malabar em R\$ 40.302.133,52, descontando-se os centavos para todos os fins de direito. **2.1.3.** Fica aprovada a cisão parcial da Sociedade, com a consequente redução de seu capital social dos atuais R\$ 70.764.887,00 para R\$ 30.462.754,00, redução, portanto, no valor total de R\$ 40.302.133,00, que implica no cancelamento de 40.302.133 quotas sociais da Sociedade. **2.1.4.** Os sócios e a Sociedade outorgam-se a mais plena, irrevogável e irretratável quitação de uma parte à outra, em relação às operações acima realizadas. **3.** Por fim, a **Clausula 5ª** do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação: "**Clausula 5ª.** O capital social é de R\$ 30.462.754,00, dividido em 30.462.754 quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e em bens móveis, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Quotas	Valor subscrito	Valor integralizado
Paulo Altenfelder Santos	6.741.407	R\$ 6.741.407,00	R\$ 6.741.407,00
Roberto Altenfelder Santos	4.602.923	R\$ 4.602.923,00	R\$ 4.602.923,00
Luiz Afonso Altenfelder Santos	4.602.921	R\$ 4.602.921,00	R\$ 4.602.921,00
Maria Beralda Altenfelder Santos Dias	4.602.921	R\$ 4.602.921,00	R\$ 4.602.921,00
Isabel Altenfelder Santos Bordin	4.602.921	R\$ 4.602.921,00	R\$ 4.602.921,00
Henrique Benini	3.168.128	R\$ 3.168.128,00	R\$ 3.168.128,00
Adriano Soares Aranega	2.141.533	R\$ 2.141.533,00	R\$ 2.141.533,00
Total	30.462.754	R\$ 30.462.754,00	R\$ 30.462.754,00

§ Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **4.** Resolvem os sócios consolidar o contrato social da Sociedade, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. E por estarem assim justos e contratados, assinam eletronicamente o presente instrumento, em via única, através da plataforma DocuSign. São Paulo, 01/01/2024. **Sócios:** Paulo Altenfelder Santos; Roberto Altenfelder Santos; Luiz Afonso Altenfelder Santos p.p. Paulo Altenfelder Santos. Maria Beralda Altenfelder Santos Souza Dias; Isabel Altenfelder Santos Bordin; Henrique Benini; Adriano Soares Aranega. **Administradores:** Paulo Altenfelder Santos; Roberto Altenfelder Santos; Henrique Benini; Adriano Soares Aranega. JUCESP - Registrado sob o nº 29.683/24-5 em 24/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4813	Peso (Chile) - 0,005051
Dólar (EUA) - 4,9575	Peso (México) - 0,2907
Franco (Suíça) - 5,6393	Peso (Uruguai) - 0,1269
Iene (Japão) - 0,03295	Yuan (China) - 0,6888
Libra (Inglaterra) - 6,2886	Rublo (Rússia) - 0,05399
Peso (Argentina) - 0,005894	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3779

Data Mercantil

Acesse nosso site: www.datamercantil.com

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,9569 / R\$ 4,9575 **

Câmbio livre mercado -
R\$ 4,9304 / R\$ 4,9324 *

Turismo - R\$ 4,9565 /
R\$ 5,1365

(*) cotação média do
mercado

(**) cotação do Banco
Central

Variação do câmbio livre
mercado

no dia: -0,97%

OURO BM&F
R\$ 300,00

BOLSAS
B3 (Ibovespa)

Variação: 1,61%

Pontos: 131.689

Volume financeiro:
R\$ 21,945 bilhões

Maiores altas: Pão de
Açúcar ON (12,57%), BRF
ON (8,14%), Dexco ON
(7,65%)

Maiores baixas: BTG
Pactual UNT (-1,06%),
Petrório ON (-1,00%),
Totvs ON (-0,82%)

S&P 500 (Nova York):
0,17%

Dow Jones (Nova York):
-0,25%

Nasdaq (Nova York):
0,37%

CAC 40 (Paris): 0,23%

Dax 30 (Frankfurt): 0,76%

Financial 100 (Londres):
-0,02%

Nikkei 225 (Tóquio):
0,01%

Hang Seng (Hong Kong):
0,94%

Shanghai Composite
(Xangai): 1,29%

CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 1,2%

Merval (Buenos Aires):
-4,27%

IPC (México): -0,08%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE

Junho 2023: -0,08%

Julho 2023: 0,12%

Agosto 2023: 0,23%

Setembro 2023: 0,26%

Outubro 2023: 0,24%

Novembro 2023: 0,28%

Dezembro 2023: 0,56%



Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos à auditoria das demonstrações financeiras e a auditoria atuarial. O ano de 2023 foi marcado pelo crescimento de prêmios emitidos na American Life, notadamente em transportes - RCO, seguro garantia e habitacional. Durante o exercício de 2023, os prêmios emitidos totalizaram R\$427,5 milhões (R\$ 400.450 em 2022) e os prêmios ganhos R\$419,7 milhões (R\$ 337.397 em 2022) representando um crescimento de 24,4% em relação ao mesmo período do ano passado. A política de investimentos se manteve conservadora; a totalidade dos recursos foi mantida em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos de renda fixa. A distribuição de dividendos acompanha o disposto na Legislação vigente e no Estatuto Social. A American Life Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Seguradora.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024. **Diretoria**

Balanco patrimonial em 31/12/2023 e de 2022 - Em milhares de reais			
Ativo	Notas 31/12/2023	31/12/2022	Passivo
Circulante	471.874	375.170	Circulante
Disponível	5.047	12.303	Circulante
Caixa e bancos	5.047	12.303	Contas a pagar
Aplicações	216.756	147.060	Obrigações a pagar
Créditos das operações seguros e resseguros	99.330	85.657	Impostos e encargos sociais a recolher
Prêmios a receber	89.186	72.764	Encargos trabalhistas
Operações com seguradoras	2.777	845	Impostos e contribuições
Operações com resseguradoras	7.367	12.048	Débitos de operações com seguros e resseguros
Outros créditos operacionais	211	192	Prêmios a restituir
Ativos de resseguro - provisões técnicas	107.512	102.576	Operações com seguradora
Títulos e créditos a receber	3.795	3.520	Operações com resseguradoras
Títulos e créditos a receber	81	6	Corretores de seguros e resseguros
Créditos tributários e previdenciários	2.062	1.846	Débitos de terceiros
Depósitos judiciais e fiscais	589	619	16
Outros créditos a receber	1.063	1.049	Provisões técnicas - seguros
Outros valores e bens	24	24	Danos
Despesas antecipadas	11	10	Pessoas
Custo de aquisição diferido	39.187	23.828	Vida Individual
Seguros	39.187	23.828	Não circulante
Não circulante	151.430	156.045	160.051
Realizável a longo prazo	150.593	155.126	Contas a pagar
Créditos das operações com seguros e resseguros	13.796	10.910	Tributos diferidos
Prêmios a receber	13.796	10.910	13.4
Ativos de resseguro - provisões técnicas	65.947	84.655	Débitos das operações com seguros e resseguros
Títulos e créditos a receber	5.436	3.155	Corretores de Seguros e Resseguros
Créditos tributários e previdenciários	5.426	3.133	15
Outros créditos a receber	11	22	Provisões técnicas - seguros
Custo de aquisição diferidos	65.413	56.407	Danos
Seguros	65.413	56.407	Pessoas
Investimentos	227	227	Outros débitos
Participações societárias	227	227	Provisões Judiciais
Imobilizado	610	691	18.1
Imóveis de uso próprio	505	541	Patrimônio líquido
Bens móveis	105	150	Capital social
Total do ativo	623.304	531.215	Reservas de reavaliação
			Reservas de lucros
			Total do passivo e do patrimônio líquido
			623.304
			531.215

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022			
Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)			
Demonstração do resultado	Notas 31/12/2023	31/12/2022	
Prêmios emitidos	427.572	400.450	
Variação das provisões técnicas de prêmios	(7.827)	(63.053)	
Prêmios ganhos	419.746	337.397	
Sinistros ocorridos	(131.361)	(116.241)	
Custos de aquisição	(108.187)	(93.865)	
Outras receitas e despesas operacionais	(9.668)	(6.738)	
Resultado com resseguro	(103.303)	(77.259)	
Receita com resseguro	22.240	31.718	
Despesa com resseguro	(125.542)	(108.977)	
Despesas administrativas	(45.403)	(36.319)	
Despesas com tributos	(13.222)	(11.318)	
Resultado financeiro	21.521	15.397	
Resultado operacional	30.123	11.054	
Resultado antes dos impostos e participações	30.123	11.054	
Imposto de renda	(6.631)	(1.960)	
Contribuição social	(4.017)	(1.302)	
Participações sobre o resultado	(1.133)	(961)	
Lucro líquido do exercício	18.342	6.831	
Quantidade de ações	27.114.539	27.114.539	
Lucro líquido/prejuízo por ação - R\$	0,68	0,25	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)			
Demonstração do resultado abrangente	Notas 31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	18.342	6.831	
Variação reserva de reavaliação	(21)	(21)	
Resultado abrangente	18.321	6.810	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto			
Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - Em milhares de reais			
	31/12/2023	31/12/2022	
Atividades Operacionais	18.342	6.831	
Lucro líquido do exercício	1.314	4.003	
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	137	133	
Perda (Reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.951	3.149	
Outros ajustes - Provisões judiciais	(774)	721	
Variação nas contas patrimoniais:	(17.034)	2.375	
Ativos financeiros	(69.696)	(36.912)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	(18.801)	52.182	
Ativos de Resseguro	13.771	(39.593)	
Créditos fiscais e previdenciários	(216)	(57)	
Depósitos judiciais e fiscais	30	28	
Despesas antecipadas	(1)	6	
Custos de Aquisição Diferidos	(24.365)	(12.756)	
Outros Ativos	(2.388)	(1.858)	
Impostos e contribuições	10.070	3.324	
Outras contas a pagar	3.364	2.974	
Débitos de operações com seguros e resseguros	37.689	(49.198)	
Depósitos de terceiros	40	(9)	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	33.469	83.523	
Total	2.621	12.488	
Impostos sobre lucro pagos	(6.649)	(2.169)	
Caixa Líquido Gerado /Consumido nas atividades Operacionais	(4.027)	10.319	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - Em milhares de reais						
	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária		
Em 31/12/2021	32.278	235	2.402	7.756	-	42.671
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	6.831	6.831
Reversão de Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	342	-	(342)	-
Reserva de lucro	-	-	-	3.747	(3.747)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.777)	(2.777)
Em 31/12/2022	32.278	214	2.744	11.503	-	46.739
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Lucro do exercício	-	-	-	-	18.342	18.342
Proposta p/distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	917	-	(917)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	14.288	(14.288)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.172)	(3.172)
Em 31/12/2023	32.278	193	3.661	25.791	-	61.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações 31/12/2023 e de 2022 - Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A American Life Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua sede é na Av. Angélica, 2626 - Térreo - Consolação, São Paulo - SP, 01228-200. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,01% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, e alterações posteriores, Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 28/02/2024. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo os princípios da convenção do custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: - Ativos financeiros na categoria "avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **(b) Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por impairment (recuperação) a cada data de balanço. **(c) Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. **2.4.2. Compensação de ativos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados, substancialmente, de forma segregada no balanço patrimonial da Seguradora. **2.5. Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: (a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo recebíveis):** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e havendo evidência objetiva de perda por impairment, é efetuado registro no resultado do período. No que se refere aos prêmios de danos e pessoas e créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido no artigo 138 da Circular SUSEP nº 648/2021, o estudo elaborado considera histórico de perdas e os riscos de inadimplência, a base de dados utilizada contempla todos os prêmios a receber oriundos de seguros diretos, não há exclusão de nenhuma parcela em aberto, seja ela de: "prêmios a receber relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas" conforme evidência o artigo 138 da circular supracitada. Desse modo, o estudo em questão e todo o seu desenvolvimento, através dos percentuais estabelecidos para o "Gross Provision Factor" contemplam a totalidade de valores a receber pela seguradora e créditos junto à resseguradoras. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por impairment anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de impairment alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment antes do final do período. **2.6. Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradoras, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradoras são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. **2.7. Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras. Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **2.8. Investimentos:** Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas na Seguradora Líder S.A. (DPVAT) e são mensurados pelo custo amortizado. **2.9. Contratos de arrendamento:** O CPC 06 (R2), estabelece que na celebração de um contrato, a Seguradora deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. As isenções são para arrendamentos de

continuação

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

de risco (ETTJ), publicadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), considerando a curva de juros do indexador de suas obrigações, no caso o cupom do IPCA. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste em referência, a Seguradora registra imediatamente a perda ajustando provisões que tenham originado tal deficiência. O resultado dos Testes de Adequação de Passivos dos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-base. **2.12. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que será ou poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria entidade. **2.13. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários. **2.14. Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora conforme segue: (a) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não caibam mais recursos. (b) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **2.15. Impostos sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda da pessoa jurídica foi constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota 15% sobre o lucro tributável antes dos impostos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.16. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte: • Os prêmios de seguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, são contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa. Nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. • As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores e às outras companhias. • As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e dos resseguradores. **2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Seguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (ii) 50% dos lucros acumulados da Seguradora e das reservas de lucros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. (a) **Cálculo de impairment de ativos:** A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de impairment quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. (b) **Avaliação de contingências fiscais, civis e trabalhistas:** A Seguradora possui processos judiciais, civis e fiscais na data de preparação das demonstrações financeiras. As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas, de acordo com o CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (c) **Avaliação de passivos de seguros:** A Seguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos os indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados. (d) **Valor justo de ins-**

trumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos quando relevante é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço.

4. Gestão de riscos: 4.1. Gestão de risco de seguro: As operações da Seguradora estão voltadas para a modalidade de Riscos de Pessoas e Danos que compreendem: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária, patrimonial, habitacional (coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente), Transportes, Riscos Financeiros e Riscos de Petróleo. Nossa premissa básica é o atendimento das necessidades dos clientes, customizando a adequação dos riscos oferecidos com lucratividade, priorizamos o nosso compromisso com a responsabilidade social, no sentido de atingirmos segmentos que não possuam acesso a seguros, que não estejam com suas necessidades atendidas ou que possuam produtos inadequados ao seu perfil. Focamos também em nichos com o intuito de sermos especialistas através da elaboração de apólices específicas para cada perfil de cliente "Taylor-made". Os seguros disponibilizados podem ser contratados nas seguintes formas: • Individual - quando os segurados preenchem propostas com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais. • Coletiva - quando os segurados aderem a uma apólice contratada pelo estipulante, que podem ser produtos padronizados ou a produtos específicos, onde as apólices são customizadas de acordo com a necessidade e pedido dos clientes. Os seguros são arquiados por corretores legalmente habilitados. A Administração acredita que o limite de retenção atual é consistente com as práticas de subscrição e não afetam a capacidade da Seguradora em conduzir seus negócios, os quais se orientam na busca de crescimento contínuo. O cálculo do excedente de responsabilidade compreende a diferença entre o limite de retenção praticado pela Seguradora e o limite de resseguro automático.

Concentração de Riscos por região

Grupo de Ramo	2023					Total
	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	
Automóvel	-	-	-	146	-	146
Habitacional	90.201	-	-	-	456	90.657
Patrimonial	147	575	(251)	968	1.017	2.456
Pessoas Coletivo	47.671	5.859	3.972	57.309	17.357	132.168
Pessoas Individual	664	1.652	558	6.775	3.836	13.485
Responsabilidades	15	11.929	2	102	(6)	12.042
Riscos Financeiros	57.035	6.309	6.436	31.990	15.294	117.064
Transportes	8.021	4.100	2.496	34.146	10.791	59.554
Prêmios emitidos	203.754	30.424	13.213	131.436	48.745	427.572

Grupo de Ramo	2022					Total
	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	
Habitacional	47.092	-	-	31	560	47.683
Patrimonial	41	599	487	(6.497)	13	(5.357)
Pessoas Coletivo	101.589	3.465	3.901	60.488	14.127	183.570
Pessoas Individual	799	1.830	737	7.838	4.914	16.118
Responsabilidades	30	5.371	10	168	92	5.671
Riscos Financeiros	4.848	4.446	3.930	21.710	4.608	39.542
Transportes	6.351	3.519	2.297	38.514	10.567	61.248
Petróleo	-	-	-	51.975	-	51.975
Prêmios emitidos	160.750	19.230	11.362	174.227	34.881	400.450

4.2. Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas nos produtos de seguros bem como a inadequação em relação subscrição e precificação. Das operações de seguros, as provisões de sinistros representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade das provisões para Sinistros Ocorridos e Ainda Não Avisados - IBNR, Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER e Provisão de Despesas Relacionadas - PDR. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido: **1. Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo:** **1.1.** IBNR: agravo de 5% nos sinistros que compõem a provisão. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um aumento em todos os sinistros ocorridos e avisados, do período de 36 meses; **1.2.** PSL: agravo de 5% no valor do sinistro avisados, mas ainda pendentes; **1.3.** PDR: agravo de 5% no valor das despesas relacionadas a sinistro retido utilizado no cálculo. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras; **1.4.** IBNeR: agravo de 5% no valor da provisão para ajuste da PSL; (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido da carteira. (c) Despesas Administrativas: uma elevação de 5% no valor das despesas administrativas da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são (brutos de impostos):

Fator de Risco	Sensibilidade	Impacto sobre o Patrimônio Líquido		Impacto no Resultado	
		Valores Brutos de Resseguro	Valores Líquidos de Resseguro	Valores Brutos de Resseguro	Valores Líquidos de Resseguro
1. Provisões Técnicas	Total das alterações sobre as provisões técnicas	(5.223)	(2.960)	(5.223)	(2.960)
1.1. IBNR	Agravo de 5% nos sinistros ocorridos	(1.296)	(944)	(1.296)	(944)
1.2. PSL	Agravo de 5% nos sinistros avisados	(2.455)	(1.703)	(2.455)	(1.703)
1.3. PDR	Agravo de 5% na provisão	(327)	(22)	(327)	(22)
1.4. IBNeR	Agravo de 5% na provisão	(1.145)	(291)	(1.145)	(291)
1.5. PCC	Agravo de 5% nos sinistros retidos	-	-	-	-
1.6. PCC	Agravo de 5% nas Despesas Administrativas	-	-	-	-
2. Sinistro Retido	Elevação do sinistro retido em 5%	(362)	-	(362)	-
3. Desp. Administrativas	Elevação nas despesas administrativas em 5%	(2.280)	-	(2.280)	-

Ressegurador	Tipo	Rating	Fonte pesquisa
Odyssey Reinsurance Company	Eventual	A	A. M. Best Company
Eurasia Insurance Company JSC	Eventual	B++	A. M. Best Company
Korean Reinsurance Company	Eventual	A	Standard & Poor's
Amtrust Europe Limited	Eventual	A-	A. M. Best Company
Echo Reinsurance Limited	Eventual	A-	Standard & Poor's
Navigator Insurance Company	Eventual	A+	Standard & Poor's
Qatar Insurance Company S.A.Q.	Eventual	A-	Standard & Poor's
Lloyd's	Eventual	A+	Standard & Poor's
MS Amlin AG	Eventual	A	A. M. Best Company
Sompo Japan Insurance Inc	Eventual	A+	A. M. Best Company
Reaseguradora Patria S.A.	Eventual	AAA	A. M. Best Company
Markel International Insurance Company Limited	Eventual	A+	A. M. Best Company
Ironshore Specialty Insurance Company	Eventual	AA	A. M. Best Company
Sava Reinsurance Company d.d.	Eventual	A	Standard & Poor's

(c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. São analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. **(d) Capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional:** No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP divulgou normas que alteraram, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras. No exercício findo em 31/12/2023 e de 2022 o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora apresentou-se superior ao valor exigido pelas regras de capital mínimo vigentes à época da apuração (vide nota 19.5). **(e) Resumo da estrutura de gerenciamento de risco:** A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora se encontra exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

5. Caixa e equivalente de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	5.047	12.303
	5.047	12.303

6. Aplicações financeiras: 6.1. Títulos e valores mobiliários: A classificação dos ativos financeiros por categoria e vencimento é apresentada da seguinte forma:

Valor de curva	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor de curva	%	Valor de curva	%
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Quotas de fundos de investimentos - Renda Fixa	168.471	168.471 78%	71.721	71.721 49%
Letras Financeiras do Tesouro	45.282	45.286 21%	66.514	66.533 45%
Nota do Tesouro Nacional	2.796	2.812 1%	2.619	2.622 2%
Ações - IRB	-	187 0%	-	109 0%
Letras financeiras subordinadas	-	- 0%	5.962	6.075 4%
	216.549	216.756	146.924	147.060

6.1.1. Composição por prazo de vencimento:

Vencimento	31/12/2023			
	Sem Meses	Até 12 meses	De seis meses a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)	-	-	45.286	45.286
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.812	2.812
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	168.471	-	-	168.471
Quotas de fundos de investimentos	187	-	-	187
Ações - IRB	-	-	-	-
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-
	168.658	-	48.098	216.756

Vencimento	31/12/2022			
	Sem Meses	Até 12 meses	De seis meses a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)	-	-	66.533	66.533
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.622	2.622
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	71.721	-	-	71.721
Quotas de fundos de investimentos	109	-	-	109
Ações - IRB	-	-	-	-
Letras financeiras subordinadas	-	-	6.075	6.075
	71.830	-	75.230	147.060

(*) Para fins de fluxo de caixa os títulos classificados como negociação, embora tenham vencimento superior a 12 meses, vem sendo utilizado operacionalmente no pagamento das obrigações em complemento aos demais recursos de caixa, sendo os saldos alocados integralmente no ativo circulante, e por ter também liquidez diária. (a) **Taxa de juros contratada:** A taxa de juros contratada para os títulos relacionados acima são LFS - CDI, NTN-B - IPCA + Taxa pré e para LFT - SELIC. (b) **Movimentação dos títulos e valores mobiliários:** A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro:

	31/12/2021
Em 31/12/2021	110.148
Aplicações	55.503
Resgates	(34.264)
Rendimentos	15.673
Em 31/12/2022	147.060
Aplicações	84.485
Resgates	(37.805)
Rendimentos	23.016
Em 31/12/2023	216.756

6.2. Estimativa de valor justo: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Ações foram calculadas com base no preço de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão. O CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: (a) Preços cotados (não ajustados) em mercados Ativos para Ativos idênticos (Nível 1). (b) Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto (Nível 2). Com exceção das quotas de fundos e Letras Financeiras subordinadas, que são classificados no Nível 2, os demais investimentos estão classificados no Nível 1. **6.2.1. Composição da carteira por classe e por categoria contábil:** A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por rating de crédito conforme agência de risco Standard & Poor's.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado		
Ativos prefixados		
Privado		
Quotas de fundo de investimento	Sem rating	168.471
Letras financeiras subordinadas	B	-
Ativos pós-fixados		
Públicos		
Letras financeiras do tesouro	A-	48.098
Renda variável		
Ações - IRB	AA+	187
		216.756
		147.060

7. Créditos e débitos das Operações com Seguros e Resseguros:

Prêmio médio de parcela-mento	Prêmios a rece-ber de Segura-dos	Redução do rece-ber de valor Líquido	Prêmios a rece-ber de valor Líquido		Prêmios a Rece-ber
			Prêmios a rece-ber de valor Líquido	Redução do rece-ber de valor Líquido	
Patrimonial	3	2.654	(10)	2.644	12.845
Pessoas individual	1	9.498	(73)	9.397	2.555
Responsabilidades	4	7.363	(9)	7.357	936
Pessoas Coletivo	1	67.563	(451)	66.043	14.395
Habitacional	1	6.637	(28)	6.354	145
Transportes	7	942	(185)	939	30.166
Riscos Financeiros	4	10.433	(1.351)	10.248	24.054
		105.090	(2.107)	102.982	85.096
Circulante					89.186
Não circulante					13.796
					72.764
					10.910

Composição quanto aos prazos de vencimento



	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (*)	91.037	76.333
Vencidos até 31 dias	8.291	4.482
Vencidos de 31 a 60 dias	1.325	2.105
Vencidos de 61 a 90 dias	2.295	666
Vencidos de 91 a 120 dias	534	145
Vencidos há mais de 120 dias	1.608	1.365
	105.090	85.096
Redução ao valor recuperável	(2.108)	(1.422)
A vencer	(211)	(88)
Vencidos até 31 dias	(265)	(99)
Vencidos de 31 a 60 dias	(58)	(102)
Vencidos de 61 a 90 dias	(120)	(45)
Vencidos de 91 a 120 dias	(154)	(26)
Vencidos há mais de 120 dias	(1.300)	(1.062)
	102.982	83.674

(*) Em 31/12/2023 e 31/12/2022 o saldo de RVNE foi alocado na faixa de a vencer para melhor apresentação, representado R\$ 22.077 e R\$ 21.518, respectivamente.

7.1.1. Movimentação dos prêmios a receber:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios pendentes no início do exercício	83.673	137.535
Prêmios emitidos	506.393	483.952
Riscos vigentes e não emitidos	559	9.302
IOF	6.483	8.530
CANCELAMENTOS	(59.319)	(89.228)
Recebimentos	(433.687)	(459.120)
Redução ao valor recuperável	(686)	(374)
V		

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27										
9. Títulos e créditos a receber:										
9.1. Impostos e contribuições: 9.1.1. Créditos tributários e previdenciários:										
Circulante										
Imposto de renda a compensar (*)	31/12/2023	31/12/2022								
Contribuição social a compensar (*)	1.033	1.181								
Cofins a compensar (*)	247	516								
Pis a compensar (*)	643	123								
	139	26								
	2.062	1.846								
Não circulante										
Impostos de renda diferido - ajustes temporários (**)	31/12/2023	31/12/2022								
Contribuição social diferida - ajustes temporários (**)	3.391	1.958								
	2.035	1.175								
	5.426	3.133								
(*) Os saldos em 31.12.2023 e 31.12.2022 referem-se principalmente a tributos retidos na fonte não deduzidos, mas de compensação imediata. (**) Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre suas respectivas bases, formadas principalmente por reduções ao valor recuperável de créditos das operações e provisões passivas. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro, e estão suportadas por estudo de capacidade de realização. 9.1.2. Reconhecimento da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:										
Reconhecimento da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:										
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações										
Juros sobre capital próprio	30.273	30.273	10.993	10.993						
	(3.172)	(3.172)	(2.777)	(2.777)						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP										
Alíquota vigente - %	25	15	25	16						
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	6.775	4.065	1.829	1.171						
Adições e Exclusões Permanentes	1.599	963	818	818						
Adições e Exclusões Temporárias	5.732	5.732	3.057	3.057						
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	(3.000)	(3.000)						
Lucro (prejuízo fiscal) do exercício	34.432	33.796	8.191	8.191						
IR e CS correntes	8.064	4.877	2.725	1.761						
IR e CS diferidos	(1.433)	(860)	(764)	(459)						
Total IR e CS do exercício	6.631	4.017	(1.960)	(1.302)						
Alíquota efetiva - %	27	16	27	18						
10. Outros créditos a receber										
Circulante										
Adiantamentos a funcionários	32	43								
Outros créditos	1.031	1.006								
	1.063	1.049								
Não circulante										
Outros créditos a receber	11	22								
	11	22								
11. Custo de aquisição diferidos: A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 31/12/2023:										
31/12/2022										
Patrimonial	22	477	(37)	462						
Transporte	2.144	6.104	(5.696)	2.552						
Pessoas coletivas	56.167	42.062	(39.946)	58.283						
Pessoas individuais	56	178	(76)	158						
Riscos financeiros	21.282	33.786	(12.273)	42.795						
Responsabilidades	564	6.123	(6.337)	350						
	80.235	88.730	(64.365)	104.600						
Circulante										
	23.828	39.187	39.187	65.413						
Não circulante										
	56.407	65.413	65.413	65.413						
31/12/2021										
Patrimonial	4	62	(44)	22						
Transporte	1.491	24.628	(23.975)	2.144						
Pessoas coletivas	43.799	731.035	(718.667)	56.167						
Pessoas individuais	106	607	(657)	56						
Riscos financeiros	22.079	307.535	(308.332)	21.282						
Responsabilidades	-	3.959	(3.395)	564						
	67.479	1.067.826	(1.055.070)	80.235						
O custo de aquisição diferido referente às despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e, registrado em decorrência da emissão da apólice e/ou endosso, é diferido de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco.										
Grupo										
Prazo Médio de vigência (meses)										
Patrimonial	12									
Pessoas coletivas	69									
Pessoas individuais	3									
Petróleo	47									
Responsabilidades	51									
Riscos financeiros	54									
Transportes	12									
12. Investimentos: As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:										
31/12/2023										
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	227	227								
	227	227								
13. Contas a pagar: 13.1. Obrigações a pagar:										
31/12/2023										
Fornecedores	4.414	1.608								
Participação nos lucros e dividendos	685	755								
Gratificação	303	32								
	5.402	2.395								
13.2. Impostos e encargos sociais a recolher:										
31/12/2023										
IOF sobre prêmios de seguros	1.236	1.028								
INSS	323	285								
IRRF	364	402								
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	73	63								
Imposto sobre serviço	40	26								
Outros	62	85								
	2.098	1.889								
13.3. Encargos trabalhistas:										
31/12/2023										
Férias a pagar	841	730								
Encargos sociais a recolher	283	246								
	1.124	976								
13.4. Impostos e contribuições:										
31/12/2023										
Passivo circulante - impostos e contribuições	4.123	1.116								
IR e CS	754	344								
COFINS	59	55								
PIS	496	1.515								
IR S/ Res. de Reavaliação	128	142								
	128	142								
14. Débitos com operação de resseguro:										
31/12/2023										
Prêmios líquidos de comissão	38.633	19.156	33.531	91.321						
	38.633	19.156	33.531	91.321						
31/12/2022										
Prêmios líquidos de comissão	46.518	9.882	15.762	72.162						
	46.518	9.882	15.762	72.162						
15. Corretores de seguros e resseguros:										
31/12/2023										
Comissões a pagar	2.150	6.718								
Comissões sobre prêmios emitidos	28.839	9.641								
	30.989	16.359								
Não Circulante										
Comissões sobre prêmios emitidos	4.774	3.452								
	4.774	3.452								
16. Depósitos terceiros:										
31/12/2023										
Prêmios e emolumentos	1.481	1.442								
	1.481	1.442								
31/12/2022										
Aging de Depósitos de Terceiros:	858	922								
De 01 a 30 dias	16	1								
De 31 a 60 dias	2	195								
De 61 a 120 dias	23	98								
De 121 a 180 dias	582	226								
Mais de 180 dias	1.481	1.442								
17. Provisões técnicas de seguros:										
31/12/2023										
Prêmios não ganhos	7.560	137	85	-	7	7.789				
Sinistros a liquidar	1.538	965	953	-	47	3.503				
Sinistros ocorridos mas não avisados	16.314	36.624	3.517	-	2.533	58.988				
Patrimonial	130.348	317	1.695	-	16	132.376				
Responsabilidades	90.293	19.859	14.819	-	2.972	127.943				
Riscos financeiros	32	10.523	4.018	7.521	751	22.845				
Pessoas coletivas	1.733	3.581	881	-	207	6.402				
Habitacional	-	22	-	-	-	22				
Pessoas individuais	53.022	-	-	-	-	53.022				
Automóvel	-	-	-	-	-	-				
Petróleo	300.840	72.028	25.968	7.521	6.533	412.890				
							258.612			
							154.278			
Circulante										
Não circulante										
Movimentação										
Prêmios não ganhos	300.141	4.034.923	(4.034.224)	300.840						
Sinistros a liquidar	50.516	356.887	(335.374)	72.029						
Sinistros ocorridos, mas não avisados	21.261	145.671	(140.966)	25.966						
Sinistros ocorridos, mas não avisados	3.669	22.630	(18.778)	7.521						
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	3.834	23.464	(20.764)	6.534						
PDR-Prov. Desp. Relacionadas	379.421	4.583.575	(4.550.106)	412.890						
							212.307			
							167.114			
31/12/2022										
Prêmios não ganhos	16.905	112	62	-	13	17.092				
Sinistros a liquidar	1.550	1.292	539	-	66	3.447				
Sinistros ocorridos, mas não avisados	27.231	21.644	2.445	-	390	51.710				
Riscos financeiros	68.167	6	6	-	-	68.179				
Pessoas coletivas	90.063	13.233	13.991	-	2.448	119.735				
Habitacional	11	11.017	3.390	3.669	651	18.738				
Pessoas individuais	2.092	3.211	830	-	265	6.398				
Automóvel	94.122	-	-	-	-	94.122				
Petróleo	300.141	50.515	21.263	3.669	3.833	379.421				
							212.307			
							167.114			
31/12/2021										
Prêmios não ganhos	243.298	3.831.068	(3.774.225)	300.141						
Sinistros a liquidar	32.179	223.453	(205.116)	50.516						
Sinistros ocorridos, mas não avisados	17.202	102.155	(98.096)	21.261						
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	-	3.669	-	3.669						
PDR-Prov. Desp. Relacionadas	3.220	10.665	(10.051)	3.834						
	295.899	4.171.010	(4.087.488)	379.421						
A cobertura das provisões técnicas é demonstrada da seguinte forma em:										
31/12/2023										
Provisões técnicas	412.890	379.421								
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	(65.149)	(119.996)								
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	(20.864)	(18.461)								
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	(5.961)	(5.214)								
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	(1.591)	(218)								
(-) Custo de Aquisição Diferido Redutor	(71.910)	(59.999)								
(-) Direito Creditório	(72.539)	(56.248)								
Total a ser coberto	174.876	119.285								
Aplicações vinculadas	216.565	145.919								
Suficiência	41.689	26.634								
17.1. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.										
Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro:										
Data de aviso										
Ajuste da IBNR	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
PSL Adm	1.428	1.537	1.537	2.565	3.574	3.574	9.343	22.863		
PSL Jud	2.218	2.246	3.769	4.829	7.506	9.569	14.008	24.377		
Provisão de Sinistro	5.158	8.923	15.232	17.597	19.102	18.992	27.118	18.992		
Pagamentos acumulados										
Após um ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Após dois anos	308	563	1.194	2.347	4.295	5.622	23.546			
Após três anos	2.966	3.059	4.476	5.042	7.310	20.171				
Após quatro anos	690	1.231	1.886	4.184	14.449					
Após cinco anos	1.877	2.102	3.198	13.605						
Após seis anos	1.221	1.941	12.737							
Após sete anos	815	6.566								
Após oito anos	5.596									
Provisão de sinistros										
Após um ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Após dois anos	787	935	2.746	7.120	11.280	16.365	21.999	49.098		
Após três anos	925	1.134	3.001	6.389	10.594	14.613				
Após quatro anos	1.290	1.818	4.098	8.514	12.692					
Após cinco anos	1.387	3.083	5.703	11.020						
Após seis anos	1.993	4.323	8.330							
Após sete anos	2.210	5.037								
Após oito anos	2.280									
Provisão reestimada										
Após um ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27										
Operacional Bruto (sem resseguro)										
	Prêmios ganhos		Sinistros Ocorridos			Custo de aquisição		26. Despesas administrativas:		
	dez/23	dez/22	dez/23	%	dez/22	%	dez/23	%	dez/22	
Patrimonial	7.140	11.069	(427)	6%	(278)	3%	(388)	5%	(86)	1%
Responsabilidade	7.300	4.163	(4.085)	56%	(2.454)	59%	(1.353)	19%	(538)	13%
Transporte	66.777	46.571	(44.942)	67%	(29.761)	64%	(12.420)	19%	(9.416)	20%
Automóvel	149	-	(27)	18%	-	0%	(30)	20%	-	0%
Riscos Financeiros	54.293	42.103	(2.326)	4%	-	0%	(18.507)	34%	(12.606)	30%
Pessoas Coletivo	143.800	139.139	(59.174)	41%	(60.308)	43%	(61.395)	43%	(65.312)	47%
Habitacional	88.394	40.786	(15.662)	18%	(18.015)	44%	(13.787)	0%	(5.602)	14%
Pessoas Individual	13.748	15.688	(4.718)	34%	(5.426)	35%	(211)	2%	(304)	2%
Petróleo	38.145	37.879	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
	419.746	337.397	(131.361)	31%	(116.242)	28%	(108.091)	26%	(93.865)	34%
Operacional líquido (com resseguro)										
	Prêmios ganhos		Sinistros Ocorridos			Custo de aquisição		26. Despesas administrativas:		
	dez/23	dez/22	dez/23	%	dez/22	%	dez/23	%	dez/22	
Patrimonial	(2.570)	3.162	(289)	-11%	(226)	-7%	37	1%	1.430	43%
Responsabilidades	4.448	2.353	(2.092)	47%	(1.469)	-6%	(1.055)	24%	(275)	59%
Transportes	45.327	26.415	(33.564)	74%	(13.886)	-37%	(9.314)	21%	(3.012)	-13%
Automóvel	149	-	(27)	18%	-	0%	(30)	20%	-	0%
Riscos Financeiros	(18.146)	4.905	(402)	-2%	-	0%	25.534	140%	1.259	-5%
Pessoas Coletivos	135.079	121.593	(57.024)	42%	(51.251)	-50%	(61.395)	45%	(60.370)	-45%
Habitacional	66.228	29.970	(11.591)	18%	(13.757)	-39%	(8.674)	13%	(4.005)	-11%
Pessoas Individual	10.205	10.757	(4.133)	40%	(3.933)	-4%	(211)	2%	(304)	-6%
Petróleo	681	121	-	0%	-	0%	-	0%	558	-104%
	241.401	199.275	(109.122)	45%	(84.523)	35%	(55.108)	23%	(64.720)	34%
22. Variação das provisões técnicas:										
As provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:										
	31/12/2023	31/12/2022								
Provisão de prêmios não ganhos	(3.416)	(50.085)								
Riscos vigentes e não emitidos	(559)	(9.298)								
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	(3.852)	(3.669)								
	(7.827)	(63.053)								
23. Custo de aquisição:										
	31/12/2023	31/12/2022								
Comissão sobre prêmio emitido	(132.387)	(105.227)								
Agenciamento	(1.818)	(1.280)								
Recuperações	1.652	(115)								
Variação das custo de aquisição de diferido	24.366	12.756								
	(108.187)	(93.865)								
24. Outras receitas e despesas operacionais:										
	31/12/2023	31/12/2022								
Receitas operacionais de seguros	138	3.157								
Despesas com cobrança	(52)	(502)								
Despesas com administração de apólice contratada	(6.673)	(4.957)								
Redução ao valor recuperável	(1.951)	(3.149)								
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(1.130)	(1.287)								
	(9.668)	(6.738)								
25. Resultado com resseguro:										
	31/12/2023	31/12/2022								
Receitas com resseguro	18.577	29.180								
Despesa com sinistro	2.518	1.296								
IBNR Resseguro	1.144	1.241								
Prêmio de resseguro	(110.467)	(141.215)								
Variação das despesas de resseguro	(15.075)	32.238								
	(103.303)	(77.259)								
Diretoria										
Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente			Paulo de Oliveira Medeiros – Diretor			Contadora				
Francisco de Assis Fernandes – Diretor			Vicente de Paula Alves da Cunha – Diretor			Michelli Sousa e Freitas – CRC 1SP 335 755/O – 2				
Parceiro dos Auditores Atuariais Independentes										
Atuário										
Marcos Falcão – MIBA 893										
<p>Aos Administradores e Acionistas da American Life Companhia de Seguros. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da American Life Companhia de Seguros - "Seguradora", em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Responsabilidade da Administração: A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade da Auditoria Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da American Life Companhia de Seguros são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os</p>										
<p>limites de retenção da American Life Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p>										
Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.										
Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841										
Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda. - CIBA 0087										
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/RS										
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras										
<p>Aos Administradores e Acionistas American Life Companhia de Seguros. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28/02/2023, sem ressalvas. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente</p>										
<p>se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos</p>										
<p>frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>										
São Paulo, 28 de fevereiro de 2024										
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5										
 Thais Helena Ferreira Farat Cosentino Contadora CRC 1SP260324/O-0										

Data Mercantil
 A melhor opção para sua empresa
 Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Encarecimento de passagem aérea reverte tendência de baixa e altera promoções



Enquanto ainda sofre o impacto da pandemia, o setor aéreo sinaliza mudanças em sua sazonalidade que delinea o padrão das flutuações de preço influenciadas por oferta e demanda ao longo do ano.

Alterações no perfil sazonal podem afetar o planejamento estratégico das empresas e a previsibilidade dos consumidores que buscam bilhetes nos períodos de melhor custo-benefício.

Além das discrepâncias sazonais, um estudo do professor Alessandro Oliveira, do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), verificou forte reversão na trajetória de valores dos voos domésticos.

Antes do início da crise sanitária, em 2020, o mercado caminhava para uma tendência de queda de preços

de aproximadamente 2,5% a cada cinco anos. Porém, isso se reverteu no pós-pandemia, levando a uma projeção de aumentos em torno de 23% a cada cinco anos, segundo o estudo.

“Essa é uma tendência extrapolada de cinco anos. Se as condições continuarem as mesmas, com tudo mais constante, todos os outros fatores controlados, aumentaria 23%. Isso é insustentável”, diz Oliveira.

Neste cenário de um patamar generalizado de passagens mais caras do que no passado, o estudo também apontou tendência de maior concessão de promoções na baixa temporada.

“Com preços altos, fica mais difícil encher os aviões. Aí os incentivos para dar descontos em alguns momentos-

-chave começam a aparecer”, diz.

Na prática, o pós-pandemia trouxe maior discrepância entre preços de alta e baixa estação.

“Observamos um efeito bem diferenciado no final da alta estação e nos primeiros meses da baixa, em particular, em abril”, diz o professor.

Procuradas pela reportagem, Gol e Latam afirmam que já fizeram promoções nos dois primeiros meses de 2024, que correspondem à alta estação.

A Gol diz que o calendário promocional segue ao longo do ano, com foco nas vendas nos fins de semana e madrugadas. Segundo a empresa, janeiro teve promoção com voos a partir de R\$ 144 e, no Carnaval, por R\$ 184.

Joana Cunha/Folhapress

Banco do Brasil retoma negócios com setor de defesa um mês após anunciar veto

O Banco do Brasil decidiu retomar a linha de financiamento para o setor de defesa um mês após comunicar às empresas que não usaria mais capital próprio para auxiliar nas exportações.

O recuo foi decidido durante reunião na segunda-feira (26) entre os ministros Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Rui Costa (Casa Civil) e José Múcio Monteiro (Defesa), além da presidente do Banco do Brasil, Tarciana Meireiros.

Em comunicado, a pasta de Alckmin afirmou que o banco estatal continuará emitindo garantias interbancárias, com uso de recursos do Fundo de Garantia às Exportações (FGE), sob as formas de garantia de execução, reembolso de adiantamento de recursos e termos e condições de oferta.

As garantias costumam envolver cerca de 30% do valor da exportação. Elas servem como um seguro: caso haja problema na chegada do material adquirido, o comprador pode executar

a garantia e ser ressarcido pelo pagamento antecipado.

“A decisão evitará prejuízos a empresas do setor que corriam risco de perder contratos e contribuirá para a sustentabilidade e a autonomia da Base Industrial de Defesa”, disse em comunicado o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

“Essa definição reforça a importância de políticas financeiras alinhadas e estruturadas que assegurem não apenas a viabilidade econômica das empresas, mas também a segurança e a soberania nacional.”

A retomada das garantias para exportações do setor foi articulada pelos ministros Alckmin e Múcio, que foram pegos de surpresa com o veto anunciado pelo Banco do Brasil em janeiro.

A avaliação no governo, segundo fontes relataram à Folha, era que a posição do Banco do Brasil contrariava o plano industrial anunciado dias antes pelo vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin alvo de críticas por trazer poucas novidades e embalar medidas já implementadas. Cezar Feitosa/Folhapress

Spotify repassou US\$ 4,5 bilhões a selos e artistas independentes em 2023



Em 2023, a indústria musical gerou cerca de US\$ 9 bilhões no Spotify, e o gigante do streaming revelou que metade desse montante, US\$ 4,5 bilhões, foi destinada a selos e artistas independentes.

Os valores que chegam aos artistas são determinados pelos detentores dos direitos -geralmente selos e editoras musicais- e não pelo Spotify. Os pagamentos são primeiro destinados aos detentores dos direitos, que então retiram sua taxa ou porcentagem e pagam aos criadores sua parte.

Apesar disso, a empresa discute eliminar milhões de faixas mal reproduzidas, que, na verdade, representa boa parte do catálogo.

Dos 184 milhões de faixas

de áudio disponíveis, mais de 150 milhões de músicas receberam apenas mil reproduções ou menos em 2023, de acordo com a Luminate. Cerca de 80 milhões de músicas tiveram dez reproduções ou menos. Dentro desse grupo, mais da metade -cerca de 46 milhões de músicas- não tiveram nenhuma reprodução.

Em nota, a empresa diz que 2023 foi o ano em que os independentes geraram a maior quantidade de uma única plataforma de varejo em um único ano, e que os US\$ 4,5 bilhões representam não apenas um aumento quádruplo do que os independentes geraram no Spotify desde 2017, mas também mais do que toda a indústria musical gravada em cada país, exceto nos Es-

tados Unidos, segundo a IFPI.

No início deste ano, a empresa anunciou que pagou US\$ 9 bilhões à indústria musical em 2023, mas também que pagou US\$ 48 bilhões desde sua fundação em 2008.

Com aproximadamente 236 milhões de assinantes, a plataforma segue o maior serviço de streaming de música pago do mundo, com os Estados Unidos como seu maior território. No ano passado, a empresa afirmou que repassa quase 70% de cada dólar gerado com música de volta para a indústria, obtendo sua receita musical de duas fontes: taxas de assinatura de seus assinantes pagantes da plataforma Premium e taxas de publicidade em músicas em seu nível gratuito. Folhapress